

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: setembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Site eletrônico do MDS  
Site eletrônico do MDA  
Site Eletrônico do MMA  
Site eletrônico do INCRA  
Site eletrônico da CONAB  
Site eletrônico do MAPA  
Site eletrônico da Agência Carta Maior  
Site Eletrônico da Fetraf  
Site Eletrônico da MST  
Site Eletrônico da Contag  
Site Eletrônico Biodiesel Br  
Site Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital

## Índice

<b>12,6 MILHÕES RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA</b> – Folha de São Paulo – Mercado – 02/09/2010 .....	3
<b>ONU diz que Bolsa-Família é limitado</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 05/09/2010 .....	3
<b>Desigualdade cai, mas rendimento dos muito pobres sobe menos</b> - Chico Santos e Rafael Rosas – Valor Econômico Brasil – 09/09/2010 .....	4
<b>Mundo vai viver nova onda de êxodo rural</b> – Estado de São Paulo – Economia – 12/09/2010 .....	6
<b>Distribuição de renda, pobreza, indigência e...Gini</b> – Marco Antônio Rocha – Estado de São Paulo – economia – 13/09/2010 .....	7
<b>Aumenta adesão de municípios no acompanhamento de alunos do Bolsa Família</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2010 .....	9
<b>Preços agrícolas disparam e renda do produtor pode crescer R\$ 5,6 bilhões</b> – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo- economia – 19/09/2010 .....	14
<b>Bolsa Família terá R\$ 200 mi do Bird</b> – Andrea Murta - Folha de São Paulo – Poder – 20/09/2010 .....	16
<b>13º. no Bolsa Família, a nova proposta de Serra</b> – Celso Marcondes – Carta Capital – 21/09/2010 .....	16
<b>Governo quer nova base social no campo</b> – Valor Econômico – Empresas e Negócios – 21/09/2010 .....	17
<b>Serra agora fala em 13º para Bolsa Família</b> – Letícia Lins – O Globo – O País – 22/09/2010 .....	18
<b>O agronegócio pede nova instituição</b> - JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 23/09/2010.....	19
<b>Desemprego cai e renda sobe</b> - Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 24/09/2010 .....	21
<b>A inclusão desmitificada</b> – Rodrigo Martins – Carta Capital – 25/09/2010.....	22
<b>Fusão pode criar gigante das commodities</b> – Folha de São Paulo – Mercado – 25/09/2010 .....	24
<b>Fusão pode criar gigante das commodities</b> – Folha de São Paulo – Mercado – 25/09/2010 .....	25
<b>É o fim da queda da desigualdade?</b> – Marcelo Neri – Valor Econômico – Opinião – 28/09/2010 .....	27

**12,6 MILHÕES RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA** – Folha de São Paulo – Mercado – 02/09/2010

Esse mesmo número de famílias também pode ganhar o "Bolsa Telefone", subsídio criado pela Anatel para aumentar o acesso à telefonia fixa. O programa prevê que, além de desconto, as operadoras ofereçam meios para que os usuários controlem os gastos com telefonia. Os planos serão comercializados a partir de janeiro de 2012.

**ONU diz que Bolsa-Família é limitado** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 05/09/2010

A ONU aponta as limitações do Bolsa-Família, seu apelo político e alerta que o governo que assumir o poder em 2011 terá de ir além do programa se quiser fazer uma diferença profunda no problema da desigualdade social e na redução da pobreza no Brasil.

O alerta faz parte de um levantamento realizado por 130 especialistas e que conclui que o governo ainda não conseguiu lidar com as causas estruturais da pobreza e da desigualdade.

O relatório admite que os programas sociais adotados pelo atual governo garantiram votos e que foram positivos para a popularidade do partido no poder. “As desigualdades continuam elevadas, apesar dos recentes progressos. Isso levanta sérias questões sobre até que ponto projetos de bem-estar democráticos podem ser avançados”, afirmou o documento preparado pelo Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Social da ONU.

Yusuf Bangura, autor de um relatório que a ONU publica hoje em Genebra, é ainda mais claro. “Todos esses programas no Brasil foram positivos. Mas precisamos ser cautelosos. A desigualdade ainda é dramática e não há sinais de que, para avançar, essa seja a solução a partir de agora.” Em sua avaliação, a situação no Brasil só irá melhorar com medidas para integrar a população à economia formal, gerar empregos e produtividade.

Para a ONU, a migração entre o campo e a cidade continuará no Brasil nos próximos anos diante das diferenças de oportunidade de trabalho e de salários. Mas a entidade alerta que isso pode ter impacto negativo nos esforços de reduzir a pobreza. “A redução da pobreza será desacelerada se empregos formais e salários não melhorarem”, diz o documento.

Na avaliação da ONU, estratégias para melhorar a renda das famílias mais pobres, e não dar dinheiro, devem ser estudadas. A organização não deixa de tecer elogios aos programas criados no governo Lula, insistindo que se trata de alguns dos melhores exemplos de atuação social de um país emergente. Ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Lula é citado como um chefe de Estado que “reverteu” a tendência de aumento da desigualdade.

Mas a entidade deixa claro que não se pode dar por solucionado o problema por meio do Bolsa- Família. Para a ONU, os programas no Brasil ainda “não conseguiram ser complementados com uma intervenção mais estrutural para dar oportunidades de emprego e soluções de longo prazo para a pobreza”.

“Sob o governo Lula, algum progresso foi alcançado em termos de redução de pobreza e de desigualdade enquanto a democracia foi consolidada. O desafio agora é o de lidar com as causas estruturais da desigualdade e da pobreza, que estão enraizadas profundamente no modelo econômico do País e no sistema social”, afirmou a entidade, que aponta que o crescimento econômico nos anos do presidente Lula foi “modesto”.

#### **Votos.**

A ONU também admite a relação entre a existência desses programas e a busca por votos. “Há aparentemente um círculo virtuoso ligando programas de assistência social (no Brasil) e competição eleitoral”, alertou o levantamento. “Programas com alto impacto redistributivo têm gerado um eleitorado eficiente.”

As críticas ao Bolsa-Família não são feitas de forma isolada e o documento é uma verdadeira auto crítica contra as próprias estratégias sociais das Nações Unidas na última década.

Segundo o estudo, o eventual cumprimento das metas do milênio até 2015 – de redução de pobreza e fome – não resolverá a crise social no mundo. “Reduzir o número de pobres pode ser importante. Mas se for com políticas insustentáveis de apenas distribuição de renda e de alimentos, não há como atacar as causas do problema”, disse Bangura.

“Hoje, a forma de lidar com a pobreza foca nas coisas que os pobres não têm, e não por que eles não têm isso”, disse o especialista. No ano 2000, governos de todo o mundo fecharam um compromisso de que, até 2015, reduziriam pela metade o número de miseráveis, de famintos, de mortes entre crianças e várias outras metas. Pelo novo levantamento, mesmo que todos objetivos forem atingidos, 1 bilhão de pessoas ainda estarão marginalizadas no mundo, em condições críticas. Em 1980, esse número era de 1,8 bilhão de pessoas.

Por esse princípio, o Bolsa-Família e outros programas sociais brasileiros cairiam na classificação da ONU de iniciativas que não dão resultados suficientes. “Mas pela dimensão da implementação do programa, atingindo milhões de famílias em todo o Brasil, os efeitos foram positivos”, explicou o autor do estudo.

“Não estamos falando em jogar no lixo o Bolsa-Família”, disse Bangura. “Mas isso não vai bastar no futuro.” Segundo ele, o segredo seria reduzir a informalidade no setor produtivo, que supera, em alguns locais do Brasil, a taxa de 50%. De acordo com o levantamento, a produtividade do trabalhador brasileiro também está em queda nos últimos 20 anos, tanto no setor agrícola como no industrial.

**Desigualdade cai, mas rendimento dos muito pobres sobe menos - Chico Santos e Rafael Rosas – Valor Econômico Brasil – 09/09/2010**

O rendimento médio real do trabalho cresceu 2,2%, chegando a R\$ 1.106 por mês. A renda média mensal real por domicílio cresceu 1,5%, alcançando R\$ 2.085. O Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de zero (igualdade plena) a um (desigualdade total), melhorou tanto pela renda do trabalho quanto do pela renda

domiciliar. O desemprego aumentou, mas o emprego formal, de melhor qualidade, também. E a ocupação subiu, mesmo sem acompanhar o crescimento populacional.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada anualmente pelo IBGE, mostrou que a crise econômica iniciada em setembro de 2008 teve impacto, mas não foi suficiente para reverter a trajetória favorável da maioria dos indicadores sócioeconômicos brasileiros nos últimos anos. “Na verdade, esta não é uma Pnad tão boa quanto a do [começo do] real, nem como a do real do Lula [presidente Luiz Inácio Lula da Silva], de 2003 a 2008. Não é tão pungente, mas é um dado bastante razoável”, destaca o economista Marcelo Néri, especialista em indicadores sociais da Fundação Getúlio Vargas.

De 2008 para 2009, a Pnad mostra que o índice de Gini do rendimento do trabalho andou três milésimos a favor da redução da desigualdade, passando de 0,521 para 0,518, ritmo inferior aos dos outros anos. Os dados revelam também que desta vez, diferentemente dos últimos anos, a queda não beneficiou os 10% mais pobres da população que tiveram aumento zero no rendimento do trabalho, que foi de R\$ 127 em média nos dois anos. No grupo seguinte, dos 10% a 20% mais pobres, o rendimento só subiu 0,65%. Em 2008, a renda deste dois grupos subiu muito mais — 4,1% e 6,9%.

Já os 10% mais ricos alcançaram uma renda média mensal de R\$ 4.702, 1,75% maior do que em 2008 e, no topo da pirâmide, a faixa de 1% de renda mais elevada obteve ganho de 3,3%. Em 2008, esta parcela mais rica da população teve ganhos menores, de 0,3% e 1,1%, respectivamente.

O que sustentou a queda da desigualdade foram as camadas intermediárias de renda, os grupos na faixa entre R\$ 459 e R\$ 710 de receita média mensal do trabalho (a Pnad divide os grupos de renda de 10% em 10%). Para os analistas Sônia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), e Jorge Abraão, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, o fenômeno tem a ver com a política de ganhos reais do salário mínimo.

Quando a conta é feita com base na renda domiciliar, que conta rendimentos de outras fontes que não a do trabalho, como aposentadorias, benefícios sociais (Bolsa Família, por exemplo) e outras fontes, o valor médio alcançado em 2009 foi mais bem distribuído, com crescimento de 1,46% entre os 10% mais pobres e de apenas 0,1% entre os 10% mais ricos.

Sônia, do Iets, avalia que os benefícios como o Bolsa Família são importantes, mas muito pequenos para influenciar de forma significativa nas estatísticas de renda e prefere, mesmo ressaltando ainda não ter estudado os números em detalhes, atribuir a melhora na distribuição da renda familiar —o Índice de Gini sob esse ponto de vista caiu de 0,514 para 0,509— a fatores como o próprio salário mínimo e a aspectos demográficos, como a redução do número de crianças e jovens (a população de 0 a 24 anos baixou em 642 mil pessoas em relação a 2008), liberando mais adultos para trabalhar.

Néri, da FGV, elaborou os dados da Pnad, transformando a renda bruta domiciliar em renda domiciliar per capita, concluindo que, apesar da crise, a renda média do

brasileiro subiu no ano passado 2,04%, passando de R\$ 618 para R\$ 630. Ainda segundo suas contas, houve aumento de 3,15% na renda dos 40% mais pobres e de apenas 1,09% na dos 10% mais ricos, fazendo com que houvesse uma queda da taxa de pobreza do país de 16,02% para 15,32% da população, uma queda de 4,37%.

De acordo com Neri, os números significam que o total de pobres no Brasil ficou 1,02 milhão menor, passando de 29,86 milhões para 28,84 milhões. O economista trabalhou com a linha de pobreza adotada pela FGV que considera pobre quem ganha até R\$ 140 por mês. Segundo ele, se a linha adotada for a de meio salário mínimo, o total de pobres foi reduzido em três milhões no ano passado.

O economista destacou o que considera uma discrepância entre os dados da Pnad e os das Contas Nacionais (medem o Produto Interno Bruto-PIB). Pelos dados do PIB, que caiu 0,2% no ano passado, cada brasileiro ficou cerca de 1,5% mais pobre em 2009, enquanto os números da Pnad mostram crescimento da renda.

Mesmo ressaltando que os números da pesquisa social tendem a convergir para os mesmos do PIB ao longo do tempo, Neri ressaltou a tese de um grupo de economistas, entre eles o Prêmio Nobel americano Joseph Stiglitz, de que não se deve olhar apenas para o PIB na hora de medir os avanços de um país ou região.

Para Abraão, do Ipea, os resultados da Pnad foram positivos se considerarmos que eles foram coletados em setembro de 2009, justamente no ponto de saída da crise.

Para ele, a alta da taxa de desemprego, de 7,2% para 8,4%, “tem tudo a ver com a crise”, bem como a queda de 57,5% para 56,8% no nível de ocupação (população ocupada em relação à população em idade ativa) de um ano para outro.

Apesar da pequena queda na taxa de analfabetismo, de 9,8% para 9,6%, dando sequência a uma redução histórica, Sônia, do Iets destacou que a qualidade da educação segue sendo o calcanhar de aquiles da trajetória sócioeconômica brasileira.

Outro destaque levantado pelos analistas, neste caso negativo, foi o baixo crescimento do saneamento básico. Entre 2008 e 2009 a quantidade de domicílios com rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto pulou de 34,1 milhões para 34,6 milhões. Em números relativos, houve queda no volume de residências com esse serviço — de 59,3% do total em 2008 para 59,1% no ano passado.

**Mundo vai viver nova onda de êxodo rural** – Estado de São Paulo – Economia – 12/09/2010

O mundo vai viver uma década de grande êxodo rural e 30 milhões de pessoas deixarão o campo em direção às cidades por ano. O alerta é do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As organizações advertem os governos para se prepararem não apenas para acolher essas pessoas com infra estrutura adequada,mas também para que assegurem políticas de criação de empregos se não quiserem ver o aumento da pobreza.

A constatação faz parte de um levantamento feito sobre o futuro do mercado de trabalho. Em dez anos, o mundo terá de gerar 440 milhões de empregos para um exército de novos trabalhadores.

“Esses postos terão de ser criados apenas para não agravar ainda mais o nível de desemprego no mundo. Não para resolver a falta de trabalho, que atinge 210 milhões em 2010”, alertou Steven Pursie, um dos principais economistas da OIT.

Parte dessa necessidade em gerar novos postos ocorre diante da explosão demográfica que ainda acontece em alguns países emergentes. Mas uma parcela importante ocorre pelo êxodo rural. “O desafio será enorme, tanto para governos como para a sociedade”, afirmou Pursie. “Esse talvez seja o maior movimento de seres humanos em direção às cidades em um século.”

### **Economia.**

O impacto sobre a economia deve ser profundo. Uma pequena minoria estará trabalhando em apenas um setor – o agrícola – que continuará responsável por alimentar uma grande maioria.

O fluxo de migrantes do campo para as cidades não é um fenômeno novo. Nos últimos 50 anos, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) estima que 800 milhões de pessoas teriam deixado terras e trabalho no campo para buscar uma vida melhor nas cidades.

Os países industrializados já passaram por esse fenômeno décadas antes. Mas o ritmo dessa migração deve dobrar. A falta crônica de acesso à terra, queda de produtividade e de renda, além de problemas ambientais, são os principais fatores que estariam levando milhões para as cidades.

“Os países emergentes devem se preparar para uma explosão de suas cidades, o que já vem ocorrendo”, disse o chefe do Instituto de Pesquisas de Desenvolvimento das Nações Unidas, Yusuf Bangura. “Os salários no campo não vão acompanhar o aumento de renda nas cidades e o fluxo será inevitável em muitos casos.”

Em 2008, pela primeira vez, mais de 50% da humanidade vivia em cidades. O que o estudo liderado pelo Fundo Monetário Internacional mostra agora é que essa tendência não vai parar de crescer.

Em 1900, apenas 13% da população mundial vivia em cidades, cerca de 200 milhões de pessoas. Essa taxa, 50 anos depois, subiu para 29%. Em 2005, 3,2 bilhões de pessoas viviam em centros urbanos, ou 49% da população mundial.

Para 2030, a projeção apontada no levantamento é de que 60% da população do planeta esteja fora do campo, quase 5 bilhões de pessoas.

**Distribuição de renda, pobreza, indigência e...Gini – Marco Antônio Rocha – Estado de São Paulo – economia – 13/09/2010**

Gini, por onde anda? Ninguém fala dele? Por quê? Houve época em que o sobrenome de Corrado Gini (estatístico italiano) era quase obrigatório nas páginas de Economia.

Na semana passada, saiu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, do IBGE, mas pouco se falou de Gini, apesar da boa e educativa relação Pnad/Gini. A Pnad é feita todos os anos, menos nos anos em que há Censo Demográfico.

A próxima será em 2011. Quanto a Gini, é o seguinte: em 1912, o professor Corrado criou um coeficiente que levou seu sobrenome. Serve para medir a igualdade ou desigualdade da distribuição de qualquer coisa, inclusive da renda de um país—e varia de 0 a 1. Assim, se o coeficiente de Gini é 0,00, significa que a distribuição da coisa estudada é absolutamente perfeita, a mesma para todos os que a recebem. Se é igual a 1,00, a distribuição é absolutamente imperfeita.

Se todos os cidadãos brasileiros, de qualquer idade e sexo, ganharem uma bola de futebol cada um, o coeficiente de Gini da distribuição das bolas de futebol brasileiras será 0,00 – perfeita. Mas, se todas as bolas de futebol do Brasil ficarem nas mãos do João Havelange, ou do Ricardo Teixeira, ou do presidente Lula (que tanto gosta delas), o coeficiente de Gini da distribuição de bolas de futebol será igual a 1,00: uma distribuição absolutamente imperfeita.

O importante, aqui, é que neste período eleitoral, quando tanto se propala a melhoria de vida do povo brasileiro e de quanto os nossos candidatos a governantes pretendem melhorá-la para o futuro, o coeficiente de Gini deveria estar no centro dos discursos.

Talvez não esteja porque não é muito fácil de explicar, e mais difícil ainda de entender. Para facilitar o entendimento, alguns economistas transformam o coeficiente em porcentagem: multiplicam simplesmente o coeficiente por 100, de modo que um coeficiente de Gini 0,50 se transforma num Índice de Gini de 50%.

Bem, mas, afinal, o que nos diz esse importante indicador no Brasil? Em primeiro lugar, que é verdade que está havendo uma melhor distribuição de renda e que a renda nacional está se tornando menos concentrada. Mas é preciso evitar uma grande confusão: distribuição perfeita da renda não significa que não haja pobreza, ou que haja menos carências, ou que a mobilidade social esteja aumentando. Isso tudo tem de ser medido por outros indicadores, pois a simples medida da distribuição da renda não nos dá essas respostas.

Basta lembrar que, se cada brasileiro ganhar R\$ 10 por ano, e todos só ganharem isso, a distribuição da renda será perfeita, Gini estará em 0,00 ou próximo disso e, no entanto, todos nós seremos extremamente pobres.

Mas a Pnad nos diz que o rendimento real médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas era (na semana da pesquisa, em 2009) de R\$ 1.111. Então, se toda a população brasileira tivesse essa mesma renda mensal, a distribuição de renda seria perfeita (Gini = 0,00). Mas não o é.

A mesma pesquisa determinou um coeficiente de Gini, para essas pessoas, no mesmo período, de 0,518 (índice de 51,8%)—distribuição imperfeita, pois a maior parte dessa riqueza (o total da renda mensal das pessoas ocupadas) estava concentrada em menos da metade do universo das pessoas ocupadas.

Tomando por base o histórico da Pnad, vê-se que a distribuição da renda vem melhorando, sim. O pior ano, da série iniciada em 1981, foi o de 1989 (Gini = 0,630), quando o rendimento médio mensal então apurado era também de R\$ 1.111. É que havia muito menos pessoas ocupadas ganhando isso.



A medição bolada pelo professor Corrado iniciou um mergulho com o Plano Real em 1994 (0,585), que chegaria a 0,563 em 2002. O período Lula começou com 0,554 e, no ano passado, bateu em 0,518 – descenso mais rápido porque Lula anabolizou programas de transferência de renda (Bolsa-Família), além de aumentar o salário mínimo e a assistência social via Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Duas outras coisas melhoram no Brasil há mais de 16 anos: a linha da pobreza e a linha da indigência. O Índice de Gini não as mede, mas a Pnad mede. De 1976 a 1985/86, durante 11 anos, 40% da população tinha renda familiar per capita igual ou abaixo da linha da pobreza; e 20%, igual ou abaixo da linha da indigência.

Em 1986 houve episódica melhoria (Plano Cruzado, congelamento de preços), que durou um ano. As duas linhas retornaram ao nível “normal” em 1987, onde permaneceram até 1994 (Plano Real). Daí, até 2002, redução de quase 10 pontos de porcentagem (p.p.) nas duas linhas. E de 2003 até 2007, mais 10 p.p. de queda.

O que é que se conclui? Melhoria na distribuição de renda e diminuição da pobreza e da indigência são políticas consistentes que vêm de longe, e só puderam se manter e progredir porque a inflação foi dominada.

Não saíram da cartola do mágico Lula nem da varinha de condão da fada-madrinha. Nos governos que precederam FHC e Lula, pobreza e indigência foram inextirpáveis – como são as saúvas e os demagogos – porque a inflação as realimentava.

#### **Aumenta adesão de municípios no acompanhamento de alunos do Bolsa Família** – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2010

**Brasília, 17** – Nos meses de junho e julho deste ano, pela primeira vez todos os municípios brasileiros conseguiram acompanhar a frequência escolar de, pelo menos, mais de 20% dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Esse é o percentual mínimo exigido para que os municípios possam receber os repasses financeiros do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado e repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para apoiar a gestão do Programa.

Frequentar a escola é condicionalidade para crianças e jovens de famílias beneficiadas pelo programa de transferência de renda do MDS. A baixa frequência ou a ausência na escola podem levar ao bloqueio e até ao cancelamento do benefício. O processamento das informações sobre educação do bimestre junho/julho mostra que, em todo o País, 84,88% dos estudantes com idades entre 6 e 17 anos tiveram sua frequência escolar monitorada e registrada no sistema do Ministério da Educação. A ausência nas salas de aula por cinco períodos consecutivos foi motivo para o cancelamento do benefício para 13.653 famílias. Foram cancelados também 9.311 benefícios de famílias com jovens de 16 e 17 anos que não cumpriram a frequência escolar exigida reiteradamente. Nesse caso, apenas o valor referente ao benefício vinculado ao adolescente é cancelado. As famílias deixarão de receber o benefício a partir desta sexta-feira (17/09), quando começa o pagamento de setembro.

Atualmente, 17,5 milhões de crianças e adolescentes do Bolsa Família enquadram-se

no perfil de educação, ou seja, estão na faixa etária de 6 a 17 anos, aptos a estudar. O percentual de alunos na faixa etária de 6 a 15 anos cuja frequência escolar foi acompanhada chegou a 85,66% no bimestre. Já para os jovens com idades entre 16 e 17 anos, esse monitoramento alcançou 77,34%. Os bons números no acompanhamento da frequência escolar mostram que os municípios brasileiros estão mais mobilizados com relação ao monitoramento de indicadores que atestam a eficiência do Bolsa Família, programa que já beneficia 12,7 milhões de lares. Além do acompanhamento relativo à educação, as prefeituras também precisam manter atualizados os dados referentes à saúde das famílias, como a vacinação infantil e o pré-natal de gestantes e cuidados a mulheres que estão amamentando. O prazo para o monitoramento da agenda de saúde do segundo semestre de 2010 termina no dia 30 de dezembro.

Com relação à presença nas salas de aula, os dados do bimestre revelam que, no caso dos alunos com até 15 anos, 3,05% apresentaram baixa frequência escolar em junho e 2,38% em julho. Para os jovens com 16 e 17 anos, esses percentuais são de 7,61% em junho e de 6,86% em julho. O Programa Bolsa Família exige que a frequência escolar seja de, no mínimo, 85% para alunos dos 6 a 15 anos e de 75% para os jovens com 16 e 17 anos.

As condicionalidades, tanto na área da saúde, controlada semestralmente, quanto na área de educação, com acompanhamento bimestral, são consideradas um importante instrumento de inclusão social da população beneficiada pelo Bolsa Família. Atualmente, os valores pagos pelo Programa variam entre R\$ 22 e R\$ 200, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes de até 17 anos.

Veja a seguir as tabelas de acompanhamento de frequência escolar do bimestre junho e julho.

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

### **ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR - Beneficiários de 6 a 15 anos**

**Período: junho e julho de 2010**

Região	UF	Total perfil	Beneficiários no Acompanhados		Alunos em descumprimento (Freq. < que 85%)		Cancelamentos (Nº Famílias/setembro de 2010)
			Qtd.	%	Qtd.	%	
<b>BRASIL</b>		<b>15.887.729</b>	<b>13.609.081</b>	<b>85,66%</b>	<b>354.367</b>	<b>2,60%</b>	<b>13.548</b>
<b>Centro-Oeste</b>	DF	37.300	31.687	84,95%	1.403	4,43%	0
	GO	422.007	353.865	83,85%	6.142	1,74%	100
	MS	176.009	150.316	85,40%	8.185	5,45%	212

	MT	230.746	186.509	80,83%	4.555	2,44%	113
	<b>Total</b>	<b>866.062</b>	<b>722.377</b>	<b>83,41%</b>	<b>20.285</b>	<b>2,81%</b>	<b>425</b>
	AL	492.267	407.767	82,83%	7.112	1,74%	127
	BA	1.837.880	1.526.315	83,05%	31.195	2,04%	695
	CE	1.162.936	1.033.731	88,89%	14.318	1,39%	406
	MA	1.101.372	952.604	86,49%	10.127	1,06%	142
	PB	498.665	410.570	82,33%	7.411	1,81%	177
	PE	1.142.923	963.831	84,33%	17.267	1,79%	360
	PI	458.809	411.506	89,69%	4.003	0,97%	50
	RN	374.648	343.846	91,78%	6.238	1,81%	143
	SE	273.718	227.184	83,00%	4.268	1,88%	99
<b>Nordeste</b>	<b>Total</b>	<b>7.343.218</b>	<b>6.277.354</b>	<b>85,49%</b>	<b>101.939</b>	<b>1,62%</b>	<b>2.199</b>
	AC	105.100	79.841	75,97%	1.669	2,09%	36
	AM	452.708	381.176	84,20%	7.424	1,95%	162
	AP	79.440	60.013	75,55%	695	1,16%	10
	PA	1.002.545	829.381	82,73%	8.274	1,00%	54
	RO	158.128	129.158	81,68%	1.814	1,40%	41
	RR	60.618	52.442	86,51%	1.068	2,04%	7
	TO	169.516	140.314	82,77%	1.917	1,37%	34
<b>Norte</b>	<b>Total</b>	<b>2.028.055</b>	<b>1.672.325</b>	<b>82,46%</b>	<b>22.861</b>	<b>1,37%</b>	<b>344</b>
<b>Sudeste</b>	ES	246.664	217.263	88,08%	8.818	4,06%	464
	MG	1.509.526	1.307.422	86,61%	44.280	3,39%	1.436
	RJ	890.325	716.991	80,53%	26.192	3,65%	1.128
	SP	1.574.335	1.434.987	91,15%		6,18%	5.625

88.719

<b>Total</b>	<b>4.220.850</b>	<b>3.676.663</b>	<b>87,11%</b>	<b>168.009</b>	<b>4,57%</b>	<b>8.653</b>
PR	620.233	546.380	88,09%	20.324	3,72%	969
RS	582.894	516.818	88,66%	16.388	3,17%	803
SC	226.417	197.164	87,08%	4.561	2,31%	155
<b>Sul</b>	<b>Total 1.429.544</b>	<b>1.260.362</b>	<b>88,17%</b>	<b>41.273</b>	<b>3,27%</b>	<b>1.927</b>

Fonte: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/SECAD/Ministério da Educação. Elaboração: Decon/Senarc/MDS

#### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

#### **ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR - Beneficiários de 16 e 17 anos**

**Período: junho e julho de 2010**

Região	UF	Total perfil	Beneficiários no Acompanhados		Alunos em Cancelamentos de		de
			Qtd.	%	(Freq. < que 75%)	Famílias/setembro de 2010)	
<b>BRASIL</b>		<b>1.639.780</b>	<b>1.268.150</b>	<b>77,34%</b>	<b>66.959</b>	<b>5,28%</b>	<b>9.311</b>
	DF	6.152	5.843	94,98%	3	0,05%	0
	GO	39.896	30.688	76,92%	4.280	13,95%	619
	MS	16.602	11.029	66,43%	886	8,03%	117
	MT	22.271	15.931	71,53%	1.846	11,59%	330
<b>Centro-Oeste</b>	<b>Total</b>	<b>84.921</b>	<b>63.491</b>	<b>74,76%</b>	<b>7.015</b>	<b>11,05%</b>	<b>1.066</b>
<b>Nordeste</b>	AL	48.995	38.385	78,34%	851	2,22%	130
	BA	221.025	171.977	77,81%	3.576	2,08%	490
	CE	154.844	123.163	79,54%	1.211	0,98%	167
	MA	124.008	98.788	79,66%	3.668	3,71%	471

	PB	56.994	42.558	74,67%	2.649	6,22%	314
	PE	123.364	96.853	78,51%	1.210	1,25%	166
	PI	55.299	44.431	80,35%	5.154	11,60%	787
	RN	41.933	36.142	86,19%	1.060	2,93%	167
	SE	34.067	24.363	71,51%	688	2,82%	105
	<b>Total</b>	<b>860.529</b>	<b>676.660</b>	<b>78,63%</b>	<b>20.067</b>	<b>2,97%</b>	<b>2.797</b>
	AC	10.828	7.544	69,67%	182	2,41%	20
	AM	44.919	37.014	82,40%	354	0,96%	19
	AP	7.372	4.632	62,83%	187	4,04%	18
	PA	114.144	90.398	79,20%	2.657	2,94%	256
	RO	13.576	10.212	75,22%	523	5,12%	44
	RR	6.539	5.152	78,79%	54	1,05%	3
	TO	16.979	12.498	73,61%	2.017	16,14%	192
<b>Norte</b>	<b>Total</b>	<b>214.357</b>	<b>167.450</b>	<b>78,12%</b>	<b>5.974</b>	<b>3,57%</b>	<b>552</b>
	ES	22.205	16.764	75,50%	371	2,21%	55
	MG	132.158	97.663	73,90%	9.038	9,25%	1.249
	RJ	86.948	63.330	72,84%	1.089	1,72%	139
	SP	115.064	91.286	79,33%	10.206	11,18%	1.388
<b>Sudeste</b>	<b>Total</b>	<b>356.375</b>	<b>269.043</b>	<b>75,49%</b>	<b>20.704</b>	<b>7,70%</b>	<b>2.831</b>
	PR	56.815	42.233	74,33%	4.612	10,92%	727
	RS	50.740	38.531	75,94%	6.420	16,66%	955
	SC	16.043	10.742	66,96%	2.167	20,17%	383
<b>Sul</b>	<b>Total</b>	<b>123.598</b>	<b>91.506</b>	<b>74,04%</b>	<b>13.199</b>	<b>14,42%</b>	<b>2.065</b>

Fonte: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/SECAD/Ministério da Educação. Elaboração: Decon/Senarc/MDS

**Programa Bolsa Família**

**Relatório consolidado de efeitos**

**23ª Repercussão - Setembro de 2010**

**Referência: Acompanhamento da Educação Jun/Jul de 2010 (P103)**

<b>Benefício</b>	<b>Efeitos</b>	<b>Qtd.</b>
<b>BFA</b>	Advertência	194.598
	Bloqueio	87.270
	1ª Suspensão	37.450
	2ª Suspensão	21.396
	Cancelamento	13.653
	<b>Total</b>	<b>354.367</b>
<b>BVJ</b>	Advertência	39.091
	1ª Suspensão	18.557
	Cancelamento	9.311
	<b>Total</b>	<b>66.959</b>
<b>Total de Efeitos</b>		<b>421.326</b>

**Preços agrícolas disparam e renda do produtor pode crescer R\$ 5,6 bilhões –**  
Márcia de Chiara – Estado de São Paulo- economia – 19/09/2010

A disparada dos preços do algodão, da soja e do milho, que começou no segundo semestre, mudou as perspectivas de plantio e renda dos agricultores. Entre algodão, soja, milho, arroz, feijão e trigo, a safra 2010/2011 pode chegar a 152 milhões de toneladas, com uma receita de R\$ 83,9 bilhões, apontamos cálculos da RC Consultores.

As projeções consideram as novas intenções de plantio e a elevação dos preços das commodities no mercado internacional. "A renda da agricultura de grãos em 2011 deve praticamente voltar para o nível de 2009", observa o Fabio Silveira, diretor da consultoria.

De 2009 para 2010, a receita encolheu R\$ 5,7 bilhões em razão da crise e agora pode crescer R\$ 5,6 bilhões. A subida dos preços agrícolas, desencadeada por quebras de safra no Hemisfério Norte, beneficia os produtores que se preparam para semear a nova safra. Mas também traz incerteza para a inflação, especialmente se a estiagem atual se prolongar. O preço do algodão é recorde no mercado internacional e subiu quase 30% em reais desde julho.

Na metade deste mês, a cotação da arroba chegou a R\$ 70,15, ante R\$ 53,95 em julho e R\$ 38,22 em setembro de 2009. As cotações do milho e da soja também aumentaram. Desde junho, a saca de milho subiu quase 30% em reais e a cotação da soja teve alta de 15% em igual período.

A quebra na safra de algodão do Paquistão, da China e do Brasil e os baixos rendimentos das lavouras dos Estados Unidos, além do consumo aquecido e dos estoques baixos, explicam a elevação dos preços, diz o analista da Agra FNP, Aedson Grelha.

No caso do milho e da soja, a arrancada das cotações começou com a quebra da safra de trigo da Rússia, que suspendeu as exportações do grão. Como os países da Europa destinam boa parte do produto para ração animal, aumentaram a demanda e os preços da soja e do milho, grãos também usados para esse fim.

### **Área plantada**

O movimento de alta dessas commodities fez os agricultores brasileiros reverem as intenções de plantio. Em Mato Grosso, por exemplo, a expectativa era de redução da área plantada. "Mas, com reação dos preços, os produtores voltaram atrás e vão repetir os 6,2 milhões de hectares da última safra", conta o presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Glauber Silveira.

Segundo Grelha, a área plantada com soja deve ter expansão de 2%. A tendência é de redução de 7% da área de milho, apesar da alta dos preços. O analista diz que dois fatores explicam o movimento. A soja tem mais liquidez que o milho, isto é, vira dinheiro mais rapidamente. Além disso, com o risco de estiagem prolongada, resiste mais à seca.

No caso do algodão, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Cunha, calcula que a área plantada cresça 25% e atinja 1,040 milhão de hectares. "Os preços devem continuar firmes no mercado", calcula.

Diante dos baixos estoques mundiais, as companhias exportadoras e as fiações já compraram metade da safra que ainda não foi plantada, conta Cunha. "O agricultor está animado com a próxima safra. Na anterior, a produção de soja foi boa, mas os preços não", lembra o superintendente da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá, José Cícero Aderaldo.

Segundo ele, com a subida dos preços, a rentabilidade do produtor nesta safra pode ser maior. "Mas tudo está para ser escrito", pondera, fazendo referência ao principal obstáculo de hoje à produção: o clima irregular.

A falta de chuvas já tem reflexos nas vendas de adubos e defensivos. "As entregas estão mais devagar por causa da estiagem", conta o diretor executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos, David Roquetti Filho.

No primeiro semestre, as vendas de defensivos caíram 20% em valor. Na análise do diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Eduardo Daher, além do avanço dos genéricos, essa retração ocorre por causa do clima. "Com essa seca, os produtores adiaram as compras de defensivos, e esse atraso vai resultar num problema logístico", diz Daher.

**Bolsa Família terá R\$ 200 mi do Bird** – Andrea Murta - Folha de São Paulo – Poder  
– 20/09/2010

É a segunda parcela cedida pelo Banco Mundial; vai para áreas de controle, contas e registro de beneficiários

Primeira remessa, de R\$ 572 mi, foi feita em 2004; apoio é modesto diante do orçamento destinado ao programa

O Banco Mundial (Bird) anunciou na sexta-feira a aprovação de um empréstimo de US\$ 200 milhões para o Bolsa Família. É a segunda fase de um acordo que já ofereceu outros US\$ 572 milhões ao programa em 2004. O destino do dinheiro é principalmente gerencial: será usado para fortalecer controle, prestação de contas, registro de beneficiários, avaliação etc. Também deve ser aplicado em outros programas sociais, especialmente nas áreas de treinamento profissional.

Em plena campanha eleitoral, em que governo e oposição tentam se promover com promessas de expansão do Bolsa Família, o anúncio foi feito em um comunicado carregado de elogios.

O diretor do banco para o Brasil, Makhtar Diop, elogiou o papel do programa não só na redução da pobreza e da desigualdade mas também como "rede de proteção fundamental para mitigar o impacto de aumentos nos preços de alimentos e combustíveis, além do da crise mundial". O banco diz ainda que o Bolsa Família é um modelo exportado para outros países e serviu de base para um programa de transferência de renda em Nova York. Considerando o orçamento do programa, superior a US\$ 13 bilhões (a maior parte do governo), o apoio do Banco Mundial é modesto. O Bolsa Família atende hoje a cerca de 12,7 milhões de famílias e foi um dos responsáveis pelo aumento da participação do Estado na renda dos brasileiros mais pobres.

Em 2009, do total recebido pelas famílias com renda per capita de até R\$ 116, 66,2% tiveram origem no trabalho, 5,8% em aposentadorias e pensões e 28% vieram de outras fontes, sobretudo de programas de transferência de renda, segundo o IBGE. Há dez anos, apenas 4,4% eram fruto de outras fontes. Economistas destacam, porém, que a renda do trabalho é o principal responsável pela queda da desigualdade. A renda do trabalho corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro.

**13º. no Bolsa Família, a nova proposta de Serra** – Celso Marcondes – Carta Capital  
– 21/09/2010

Talvez motivado pela difícil situação de sua campanha em Pernambuco, ao passar pelo estado nesta segunda-feira 20, o candidato José Serra apresentou mais um ponto do seu Programa de Governo: 13º no Bolsa Família.



A nova proposta chega para se agregar ao Salário Mínimo de 600 reais e ao reajuste de 10% para todas as aposentadorias, apresentadas nas últimas semanas pelo candidato.

As propostas já aparecem com destaque no site do PSDB, embora nenhuma delas seja localizável no Programa original do candidato, protocolado junto ao TRE.

Diante disso, mantém-se a impressão que o candidato, às vésperas do pleito de 3 de outubro, constrói aos poucos um novo plano de governo, mais popular e palatável para as camadas mais pobres da população. Essas, até aqui, não têm sido afetadas pela onda de escândalos que assalta o noticiário político.

Fica a expectativa a respeito de qual seriam os novos pontos a serem anexados ao seu Programa. Nosso leitor pode fazer sugestões.

### **Governo quer nova base social no campo – Valor Econômico – Empresas e Negócios – 21/09/2010**

Política agrícola O objetivo ainda é a formação de uma "classe média rural empreendedora, predominante e moderna

As mudanças avaliadas pelo governo no Imposto Territorial Rural (ITR) são parte de uma estratégia de construção de uma nova "base social no campo". A meta do governo é formar uma "classe média rural empreendedora, predominante e moderna".

O secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Ariel Pares, informa já ter avançado com outros ministérios para reformar a política agrícola e constituir a nova base a partir de um modelo renovado de garantia de preços, seguro agrícola e crédito rural. "Isso implica subsídios, sobretudo para agricultores familiares. Mas precisamos tratar diferente o que é desigual como se faz hoje", afirma Ariel Pares.

Engenheiro agrônomo e economista, Pares entende que o país precisa deslocar a "discussão isolada" de crédito, seguro e preços mínimos para avançar em instrumentos de garantia de renda que levem em conta problemas de riscos climáticos, liquidez e volatilidade do setor rural. "Política agrícola não pode só regular mercados. Tem que constituir uma base social forte, organizada e cooperante, capaz de gerar renda e que não sinta estímulo para migrar", argumenta ele.

Nos planos do governo, estão a formação de um fundo anticíclico para épocas de bonança e uma política de subsídios em tempos de dificuldades no setor rural. "É preciso assumir riscos, mas dentro de uma determinada margem", afirma o secretário.

Para ele, o desenvolvimento rural e a modernização socioeconômica do campo deve incluir a ampliação de serviços (como estradas, luz e banda larga) nos núcleos urbanos próximos de áreas rurais. "É preciso oferecer novas atividades que não sejam apenas do campo, com indústria, serviços, residências e adensamento dos sistemas urbanos, saindo do litoral e do Centro-Sul", diz.

O governo quer ampliar ao máximo essa base. “Queremos uma agricultura líder e com base social moderna”, diz Ariel Pares.

O desafio, segundo ele, é operar mudanças na concentração da terra no longo prazo. “A agricultura é para todos, e não para 20 mil ou 30 mil”, afirma.

“Temos que garantir a agricultura familiar no futuro, de forma pactada e negociada, é claro”.

A SAE já tem metas fixadas para transformar a “base” do campo até 2022, quando o Brasil completa seu bicentenário. Primeiro, estabeleceu como objetivo a duplicação da atual produção agropecuária — isso implicaria chegar próximo de 300 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais. Depois, quer dobrar as exportações do setor, mantendo o crescimento média de 6% ao ano. Além disso, a elevação da produtividade em 50% faria o país crescer de forma “horizontal” no campo. Isso resultaria na expansão média de 3,4% ao ano ao longo de 12 anos — a média anual das últimas duas décadas foi de 3,3%.

O governo também quer triplicar o orçamento da rede nacional de pesquisa agropecuária, incluindo Embrapa e empresas estaduais. Hoje, o país aplica 1,2% do Produto Interno Bruto em pesquisa, desenvolvimento e inovação — ou R\$ 3 bilhões por ano. A meta é elevar o índice entre 2% ou 2,5% do PIB até 2022.

“Isso daria chance de sairmos da base exportadora de commodities para a produção de alto valor agregado”, afirma Ariel Pares.

**Serra agora fala em 13º para Bolsa Família** – Leticia Lins – O Globo – O País – 22/09/2010

Proposta se soma a promessas de elevar valor do benefício e aumentar mínimo. Temas regionais ficam de fora de debate no NE

### **Leticia Lins**

RECIFE. Depois de prometer, ao longo de sua campanha, aumentar o salário mínimo para R\$ 600, reajustar em 10% as aposentadorias e pensões do INSS a partir de 2011 e elevar gradualmente o valor do Bolsa Família, o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, fez na madrugada de ontem nova proposta polêmica: estender o décimo terceiro salário para os beneficiários do Bolsa Família, que, só no Nordeste, somam mais de 6,4 milhões de pessoas.

Ele não informou, porém, o impacto nas contas públicas.

Serra fez a promessa em debate promovido pelo Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, do qual participaram também Marina Silva (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL). Embora o objetivo do debate, transmitido por dez emissoras de TV, fosse discutir propostas para a região, o tema passou ao largo da sabatina, já que os candidatos privilegiaram assuntos nacionais.

Plínio propôs a legalização da maconha e chamou a candidata do PT, Dilma Rousseff, de “fujona”. Segundo ele, Dilma não teve “coragem” de ir ao debate para não enfrentar questionamentos sobre as denúncias envolvendo a Casa Civil.

Durante o debate, nenhum dos candidatos apresentou propostas consistentes para o desenvolvimento sustentável do Nordeste. Ninguém definiu qual será o papel da Sudene, que encontrase em processo de sucateamento desde o governo passado.

Também não foi abordada a questão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), cuja autonomia é reivindicada por autoridades nordestinas. O destino do Rio São Francisco, alvo do polêmico projeto de transposição, também não foi focado com profundidade.

Plínio ironizou alianças de Serra. Os candidatos não apresentaram sugestões concretas para o desenvolvimento do semiárido nem previsão de investimentos em saneamento básico, outro grande problema do Nordeste, onde cerca de 70% da população não têm o serviço. Serra prometeu uma Secretaria do Semiárido, para cuidar do agreste e do sertão, mas de forma vaga.

Não houve definição para a implantação de um programa de recursos hídricos consistente para o Nordeste, onde a falta de água é um problema que afeta mais de 20 milhões de pessoas.

Enfim, os nordestinos continuaram sem saber qual seriam as políticas de desenvolvimento em um eventual governo do PSDB, PSOL ou PV.

O candidato do PSOL ironizou as alianças de Serra, citando “um representante do coronelismo do Nordeste”, presente na plateia: o senador Marco Maciel (DEM-PE), candidato à reeleição, aliado do tucano e que foi classificado como representante do atraso por Plínio. Serra defendeu o aliado: — É um homem honesto e íntegro, não é atraso — disse, enquanto Maciel ouvia tudo calado na plateia.

O debate foi o primeiro promovido por uma emissora regional com candidatos à Presidência exclusivamente para discutir os problemas da região. Mediado pelo jornalista Carlos Nascimento.

#### **O agronegócio pede nova instituição - JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 23/09/2010**

A agropecuária brasileira precisa ser repensada, e os esforços devem se concentrar no desenvolvimento de uma nova instituição, que planeje o futuro nos alicerces ambiental, energético e da segurança alimentar. Observa-se profunda transformação da agropecuária, baseada na mudança tecnológica.

Vários segmentos se modernizaram, incorporando novas tecnologias. Entretanto, nota-se que existe parte expressiva dos produtores com baixa capacidade de absorção de conhecimento.

Pelo Censo, apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários estão na vanguarda tecnológica, pois geram 85% do valor total produzido.

O agronegócio é responsável por 25% do PIB. Na cadeia, a agropecuária é responsável por 26% do produto setorial, enquanto a indústria e a distribuição, conjuntamente, respondem por 64%.

Esta é uma tendência internacional, em que há redução da importância da agricultura relativamente à agroindústria e à distribuição. Em 2009, as exportações do setor representaram 43% do total do país.

Contudo, é muito baixa a capacidade de absorção tecnológica da maioria dos produtores. Cerca de 92% dos estabelecimentos são responsáveis por 15% do valor da produção. O grau de instrução é um fator limitante: dos 3,9 milhões de proprietários rurais, 90% possuem qualificação inferior ao ensino fundamental, para não mencionar os 27% que são analfabetos. Só 9% dos estabelecimentos receberam regularmente assistência técnica em 2006, evidenciando a vulnerabilidade tecnológica. São necessárias políticas de educação que estimulem as redes de difusão de conhecimento e melhorem o planejamento das regiões rurais. Porém, não é o que acontece. No orçamento da União de 2009, menos de 1% foi destinado ao conjunto dos ministérios que representam a agropecuária. Ademais, desde 1999 os escassos recursos destinados ao setor foram pulverizados em crescente número de instituições, fragmentando e fragilizando a ação governamental. O crescimento produtivo é estimulado pelo desenvolvimento tecnológico, diante da maior competição externa. Uma produção moderna oferta bens em quantidades superiores, mas a preços reais decrescentes, o que causa contenção inflacionária e distribuição relativa de renda. Porém, aos produtos não comercializáveis (feijão e mandioca, por exemplo), existem muitos produtores atrasados. Os efeitos anti-inflacionário e redistributivo de um alimento mais barato ficam comprometidos no ambiente de baixa incorporação tecnológica. A falta de acesso às tecnologias, somada ao baixo conhecimento, compromete o futuro, inclusive na manutenção dos níveis inflacionários e da redistribuição de renda. Concentrar esforços institucionais deveria ser parte do compromisso do próximo presidente. Não há margem para a aplicação difusa dos recursos públicos em mais de um ministério. Sem juízo de valor, a agropecuária deveria ser pensada de forma estratégica, sob o comando de instituição forte, mas única: o ministério do agronegócio.

---

**JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO**, mestre em economia aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, doutor em economia pela Unicamp, é pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), professor da UnB (Universidade de Brasília) e co-organizador do livro "Agricultura Brasileira: Desempenho Recente, Desafios e Perspectivas", a ser lançado pelo Ipea.

Taxa de desocupação ficou em 6,7%, a menor desde 2002.

Informalidade também recuou O mercado de trabalho brasileiro está no melhor momento dos últimos oito anos. Em agosto, a taxa de desemprego das seis principais regiões metropolitanas do país surpreendeu analistas e atingiu 6,7% — abaixo de 6,9% de julho e de 8,1% de igual mês do ano anterior.

Trata-se da menor taxa apurada desde que o IBGE iniciou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em março de 2002.

E os ganhos dos trabalhadores também foram recorde: o rendimento médio está em R\$ 1.472,10, numa alta de 1,4% frente a julho e de 5,5% em relação a agosto de 2009. Segundo economistas, os números do mercado de trabalho apontam para novas quedas na desocupação que, contudo, podem pressionar a inflação.

— Os números apontam para um cenário econômico com dinamismo.

Mais 115 mil pessoas passaram a fazer parte dos ocupados em agosto, frente a julho. Na comparação com agosto do ano passado, foram quase 700 mil. Mais gente está trabalhando e o vigor de antes da crise voltou — disse Cimar Azeredo, gerente da PME, frisando que o destaque foi São Paulo, com desocupação de 6,8%, a menor da série.

Ainda que os desempregados somem 1,6 milhão de pessoas, os números mostram que o mercado de trabalho ganha qualidade. Dos ocupados, 46,2% são empregados com carteira — estabilidade frente a julho e avanço ante agosto de 2009 (44,5%). Das 691 mil vagas abertas entre agosto de 2009 e mês passado, 685 mil são com carteira assinada.

Para analistas, a ampliação do estoque formal tem se dado pela geração de novos postos, mas também pela formalização de postos informais já existentes.

Azeredo, do IBGE, lembra ainda que, na média de janeiro a agosto, a taxa de desocupação de 7,2% também foi a menor para os oito primeiros meses do ano desde o início da série.

— É de se esperar, como em anos anteriores, que dezembro apresente taxa inferior. E ainda deve haver efeito de eleições — afirmou ele, ressaltando que, em 2008, a taxa de desocupação do Brasil era a segunda maior entre as maiores economias do mundo; em 2009, após a crise, passou a ser décima.

### **Faltam engenheiros e soldados**

Com o poder de compra em alta, a massa salarial (os ganhos habituais somados de todos os ocupados) cresceu 1,8% sobre julho e 8,8% sobre agosto de 2009, atingindo R\$ 32,9 bilhões. Para Azeredo, trata-se de reflexos de aumento do salário mínimo, queda da inflação, avanço na formalização e melhora do cenário econômico brasileiro.

Na avaliação de André Campos, economista do Ipea, o mercado de trabalho está mais inclusivo. Ele cita que os informais aumentaram os rendimentos (7,6% frente a agosto de 2009).

Também há forte expansão em regiões em que os ganhos são menores — Recife (17,5%) e Salvador (7,7%). — E os setores de construção e de serviços domésticos também pagaram mais (9,3% e 9,1, respectivamente). Isso ajuda a reduzir desigualdade e torna o processo de transformação mais duradouro — comentou Campos, acrescentando que falta de qualificação pode ser dar um freio às conquistas.

O presidente do Movimento Brasil Competitivo, Erik Camarano, lembra que já há escassez de profissionais de níveis superior (como engenheiros) e técnico (como soldador).

— No que diz respeito ao dinamismo econômico, e o mercado de trabalho é um indicador, o Brasil está na frente de países da Europa e dos EUA. Porém, ainda está atrás em quesitos como a educação, que pode prejudicar esse crescimento.

Estudo divulgado ontem pelo Ipea mostra que, apesar do impacto da crise sobre o mercado de trabalho em 2009, as vagas criadas naquele ano foram de maior qualidade. Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, o Ipea constatou que a parcela dos trabalhadores com carteira subiu 7,2 pontos percentuais em 2009, empurrando a taxa de informalidade para 48,45%, o nível mais baixo dos últimos dez anos.

### **A inclusão desmitificada** – Rodrigo Martins – Carta Capital – 25/09/2010

#### *Pesquisa da Uerj desmonta os argumentos de quem se opõe às políticas afirmativas*

Está previsto para o segundo semestre deste ano o julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), da legalidade da reserva de vagas nas universidades por critérios raciais. Diversas audiências públicas foram realizadas no plenário da Corte em março deste ano. Todas as cartas de quem defende ou critica a medida foram apresentadas, mas um estudo recente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) lança luzes sobre a questão e desmitifica vários aspectos relacionados às ações afirmativas que têm sido levantados por quem é contra esse tipo de política.

A pesquisa, na realidade, não aborda somente o sistema de cotas. Faz uma ampla radiografia das ações afirmativas nas 70 universidades públicas federais e estaduais. Revela, por exemplo, que não se tratam de políticas desconhecidas, uma vez que 71,4% das instituições possuem medidas para facilitar ou garantir o acesso de negros e pobres ao ensino superior. E essas políticas estão distribuídas por todo o território nacional de maneira bastante homogênea (gráfico ao lado).

“Nas regiões mais populosas do País, mais de 80% das universidades possuem alguma ação afirmativa. Apenas o Sul tem uma participação menor, ainda assim mais da metade das instituições sulistas abraçaram a ideia. No caso da Região Norte, com cerca de 40%, é preciso levar em conta o reduzido número de universidades. Se uma ou duas delas aderirem às cotas, por exemplo, o percentual de instituições com políticas afirmativas cresce muito”, explica João Feres Júnior, coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Uerj, responsável pela pesquisa. “Há muitas experiências testadas e as universidades podem apresentar à sociedade seus resultados.”

Como a adoção das ações afirmativas não é mais um tiro no escuro nem um projeto futuro, os pesquisadores puderam comprovar que vários argumentos usados no debate das cotas raciais são falaciosos. Por exemplo, o de que a medida beneficia majoritariamente negros de classe média. Das 40 universidades que adotaram critérios raciais na seleção de alunos, apenas quatro não possuem nenhum tipo de corte socioeconômico associado. Ao passo que 90% delas incluíram a necessidade de o

estudante ser egresso de escola pública, possuir renda baixa ou ambos os critérios combinados.

O temor da criação de tribunais raciais travestidos de comissões de verificação também se mostra exagerado. A Universidade de Brasília (UnB) é questionada no Supremo por ter instituído uma comissão. Mas, além dela, apenas outras três instituições criaram comitês para verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos. Cerca de 85% das universidades com cotas raciais adotaram a autodeclaração como critério único para definir quem se qualifica ou não.

“Além disso, deve-se ressaltar que 40 das 70 universidades públicas estaduais e federais adotaram ações afirmativas para incluir determinadas etnias. E isso não estimulou o ódio racial”, afirma Feres Júnior. A reitora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dora Leal Rosa, confirma a percepção do professor da Uerj: “Nunca vi nada que se assemelhasse a isso em sala de aula”.

A UFBA adotou, em 2004, um sistema que reserva 36,55% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas e que se declaram pretos ou pardos. Outros 2% são reservados a alunos descendentes de índios e 6,45% para candidatos egressos de escolas públicas de qualquer cor ou etnia. “Aumentamos o percentual de afrodescendentes e não temos registro de nenhum tipo de conflito ou ódio racial levado a cabo por alunos brancos que se sentiram prejudicados com as cotas. Ao contrário, acredito que a convivência entre estudantes de todas as classes sociais e raças só contribui para uma sociedade mais tolerante.”

Oito anos atrás, 8,2% dos candidatos aprovados no vestibular da UFBA declararam-se negros. No ano passado, esse percentual foi de 18,9%. E o desempenho dos alunos é considerado muito satisfatório. “Na realidade, não há diferenças significativas em termos de aprendizado, mas verificamos uma taxa de evasão bem menor entre os alunos cotistas. Quem é beneficiado agarra a oportunidade com unhas e dentes. E temos exemplos de alunos cotistas que se formaram e estão fazendo mestrado na universidade”, afirma Rosa.

De acordo com o pesquisador Antonio Sérgio Guimarães, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), o êxito dos alunos cotistas da UFBA não é um caso isolado. “Há muitos estudos que comprovam que o desempenho dos cotistas é igual e, em alguns casos, até superior ao dos demais alunos. Na Unicamp, por exemplo, eles constataram que os cotistas tiveram uma evolução no aprendizado muito mais acentuada. Isso prova que os estudantes conseguem superar as deficiências de aprendizagem na educação básica se têm uma chance”, afirma. “Infelizmente, a USP não avançou muito nesse tipo de inclusão, até pelo conservadorismo da classe média e da oposição escancarada dos meios de comunicação paulistas.”

Outro argumento desmontado pela pesquisa da Uerj é o de que o governo federal tem imposto a adoção desse tipo de política às suas universidades, enquanto as demais instituições públicas se mostram refratárias à medida. Ainda que haja uma discussão sobre a criação de uma lei federal para regulamentar as políticas de ação afirmativa, ao menos 45% das universidades estaduais abraçaram a medida. Mesmo sem ser obrigadas a isso por imposição de qualquer legislação federal, uma vez que as instituições têm autonomia. “Considero até melhor que seja dessa forma. Porque a imposição de uma regra única para todas as instituições de ensino superior pode deixar de levar em conta especificidades locais, como a presença diferenciada dos grupos étnicos pelo território”, diz Feres Júnior.

Na avaliação de Guimarães, o governo federal pode induzir a adoção de políticas afirmativas sem a necessidade de impor nada nem de ferir a autonomia das

universidades. “O Ministério da Educação pode, por exemplo, criar políticas de apoio ao aluno cotista ou repassar mais recursos às instituições comprometidas com a inclusão dos alunos negros ou pobres”, propõe. “Não precisa forçar. Há universidades que, em vez de cotas, instituíram um bônus no vestibular e conseguiram resultados efetivos.”

Cerca de 10% das instituições públicas de ensino superior adotaram o sistema de bônus para alunos pobres, egressos de escolas públicas ou de determinadas etnias no processo seletivo, revela a pesquisa da Uerj. Cerca de 7% das universidades combinaram esse mecanismo com o sistema de cotas. O caminho exclusivo da reserva de vagas foi trilhado por metade das instituições. E 27,1% combinaram o sistema de cotas com o acréscimo do número de vagas (gráfico nesta página).

“Esse, por sinal, é um aspecto que deve ser ressaltado. O governo federal ampliou muito o número de vagas no ensino superior e incluiu muitos alunos egressos de escolas públicas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), que financia os estudos de alunos carentes em instituições privadas”, afirma Guimarães. “Se antes se dizia que os cotistas estavam ‘roubando’ vagas de quem se preparou melhor, deve-se levar em conta que muitas universidades públicas aumentaram tanto a oferta de vagas e cursos que o déficit inicial foi superado. É o caso da UFBA, que tinha perto de 3,3 mil vagas antes de adotar as cotas e hoje possui mais de 7,8 mil.”

De acordo com a reitora da universidade, um dos principais méritos do sistema foi democratizar o acesso a cursos de alto prestígio social. “Já tínhamos muitos alunos negros e provenientes de escolas públicas em cursos como Educação e Filosofia, mas poucos em áreas como Medicina, Direito e Engenharia. Agora, essa distorção foi corrigida.”

A educadora ressalta que toda política de ação afirmativa deve ser vista como transitória. “Após dez anos de experiência com as cotas, a UFBA deve reavaliar o sistema. Verificar se produziu resultados satisfatórios, e até agora eles foram ótimos, bem como avaliar se há a necessidade de manter ou aprofundar essa política”, explica. “O ideal mesmo é melhorar a qualidade da educação básica. O Brasil universalizou o acesso ao ensino fundamental. Agora, precisamos garantir que esses alunos se mantenham na escola, tenham acesso ao ensino médio e a uma educação de qualidade. Se essa demanda for suprida, não precisaremos mais de políticas de inclusão.”

## **Fusão pode criar gigante das commodities – Folha de São Paulo – Mercado – 25/09/2010**

Louis Dreyfus negocia com Olam, de Cingapura, acordo de US\$ 15 bi para formar 3ª maior "trading" agrícola do mundo

Louis Dreyfus estuda mudança radical em sua estrutura e pode até abrir o seu capital em Bolsa de Valores

A Louis Dreyfus, "trading" (comercializadora) de commodities francesa que opera sob controle familiar, está negociando uma fusão com a rival Olam, de Cingapura, para criar a terceira maior "trading" agrícola do mundo.



A Olam revelou as negociações ontem, o que fez com que suas ações atingissem o maior valor em três anos. A empresa informou que as duas companhias estavam discutindo "uma possível colaboração de negócios que pode tomar a forma de, entre outras coisas, uma fusão".

A combinação delas criaria uma empresa com valor de mercado estimado de US\$ 15 bilhões e que seria a maior operadora nos mercados de commodities como algodão, arroz e café -e teria presença formidável também nos de cacau, trigo, milho e sementes oleaginosas.

Caso a fusão seja concretizada, formaria a terceira maior "trading" mundial, depois da Cargill e da Archer Daniels Midland. A Olam, que tem valor de mercado de cerca de US\$ 5 bilhões, anunciou que as discussões por enquanto são "preliminares" e acautelou que elas podem ser abandonadas sem acordo.

As ações da Olam subiram 56,8% em Cingapura, cotadas a 33,15 dólares de Cingapura, depois do anúncio. Elas registram alta de 30,7% nos últimos 12 meses. A Louis Dreyfus está considerando uma mudança radical em sua estrutura de propriedade e há rumores no mercado de que estaria considerando diversas opções, entre elas, a abertura do seu capital em Bolsa de Valores.

O grupo francês teve receita de US\$ 34 bilhões em 2010, o dobro de seu faturamento em 2006. Os executivos de "tradings" rivais acreditam que seu valor de mercado seja da ordem de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões.

## **EXPANSÃO**

A Louis Dreyfus está tentando se expandir para além de seu papel tradicional como "trading" pura, o que faz dela uma empresa de grande receita, mas margens ínfimas de lucro, por meio de investimento em ativos de produção -mais lucrativos, mas que exigem mais investimento de capital pesado.

Dirigida por Serge Schoen desde 2005, a empresa anunciou que sua prioridade seria desempenhar um papel na consolidação do comércio de commodities nas Américas, mas também deseja "materializar" suas ambições na Ásia e "aproveitar oportunidades de crescimento no Oriente Médio e na África".

Com o tempo, a Louis Dreyfus afirma que "o comércio de produtos agrícolas crescerá, dada a expectativa de um alargamento do desequilíbrio entre as regiões de oferta e as de procura".

No passado, a empresa conseguiu bancar sua expansão por meio de empréstimos e aproveitando seu fluxo interno de caixa, como aconteceu no período de rápido crescimento das décadas de 70 e 80, quando começou a comercializar algodão, frutas cítricas e café.

Mas o novo esforço de expansão surge em um período de ativos com valores mais elevados -e concorrentes acreditam que a empresa não seja capaz de crescer no ritmo desejado sem obter uma nova fonte de capital.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Louis Dreyfus negocia com Olam, de Cingapura, acordo de US\$ 15 bi para formar 3ª maior "trading" agrícola do mundo

Louis Dreyfus estuda mudança radical em sua estrutura e pode até abrir o seu capital em Bolsa de Valores

A Louis Dreyfus, "trading" (comercializadora) de commodities francesa que opera sob controle familiar, está negociando uma fusão com a rival Olam, de Cingapura, para criar a terceira maior "trading" agrícola do mundo.

A Olam revelou as negociações ontem, o que fez com que suas ações atingissem o maior valor em três anos. A empresa informou que as duas companhias estavam discutindo "uma possível colaboração de negócios que pode tomar a forma de, entre outras coisas, uma fusão".

A combinação delas criaria uma empresa com valor de mercado estimado de US\$ 15 bilhões e que seria a maior operadora nos mercados de commodities como algodão, arroz e café -e teria presença formidável também nos de cacau, trigo, milho e sementes oleaginosas.

Caso a fusão seja concretizada, formaria a terceira maior "trading" mundial, depois da Cargill e da Archer Daniels Midland. A Olam, que tem valor de mercado de cerca de US\$ 5 bilhões, anunciou que as discussões por enquanto são "preliminares" e acautelou que elas podem ser abandonadas sem acordo.

As ações da Olam subiram 56,8% em Cingapura, cotadas a 33,15 dólares de Cingapura, depois do anúncio. Elas registram alta de 30,7% nos últimos 12 meses. A Louis Dreyfus está considerando uma mudança radical em sua estrutura de propriedade e há rumores no mercado de que estaria considerando diversas opções, entre elas, a abertura do seu capital em Bolsa de Valores.

O grupo francês teve receita de US\$ 34 bilhões em 2010, o dobro de seu faturamento em 2006. Os executivos de "tradings" rivais acreditam que seu valor de mercado seja da ordem de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões.

## **EXPANSÃO**

A Louis Dreyfus está tentando se expandir para além de seu papel tradicional como "trading" pura, o que faz dela uma empresa de grande receita, mas margens ínfimas de lucro, por meio de investimento em ativos de produção -mais lucrativos, mas que exigem mais investimento de capital pesado.

Dirigida por Serge Schoen desde 2005, a empresa anunciou que sua prioridade seria desempenhar um papel na consolidação do comércio de commodities nas Américas, mas também deseja "materializar" suas ambições na Ásia e "aproveitar oportunidades de crescimento no Oriente Médio e na África".

Com o tempo, a Louis Dreyfus afirma que "o comércio de produtos agrícolas crescerá, dada a expectativa de um alargamento do desequilíbrio entre as regiões de oferta e as de procura".

No passado, a empresa conseguiu bancar sua expansão por meio de empréstimos e aproveitando seu fluxo interno de caixa, como aconteceu no período de rápido crescimento das décadas de 70 e 80, quando começou a comercializar algodão, frutas cítricas e café.

Mas o novo esforço de expansão surge em um período de ativos com valores mais elevados -e concorrentes acreditam que a empresa não seja capaz de crescer no ritmo desejado sem obter uma nova fonte de capital.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

**É o fim da queda da desigualdade?** – Marcelo Neri – Valor Econômico – Opinião – 28/09/2010

A economia brasileira vem crescendo desde o fim da recessão de 2003. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superada em 1,83 ponto percentual ao ano pela de 4,71% da renda calculada diretamente a partir da PNAD, a perspectiva aqui seguida. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares, o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Bric depende do tipo de placar. A desigualdade de renda no Brasil vem caindo ano a ano, de 2001 a 2009: a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79% por ano, incluindo piora em 2009. Nos demais Bric, a desigualdade embora mais baixa, segue subindo.

Como consequência da manutenção do crescimento inclusivo, o número de pobres segundo a linha da FGV que era 49 milhões de pessoas (classe E) em 2003, cai 20,5 milhões de pessoas até 2009, chegando a 28,8 milhões de pobres. A taxa de pobreza cai de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise.

Olhando mais para cima na distribuição, 29 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009, sendo 3,2 milhões no imediato pós-crise. Na soma de estratos econômicos médios e altos sintetizados nas classes ABC foram adicionados 35,7 milhões entre 2003 e 2009, sendo 3,7 milhões no ano de crise. Isso significa que, desde 2003, mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes ABC.

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na Classe C correspondem a 50,5% da população.

Isso significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano tido como aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral.

Complementarmente, esta também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram mais 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (era 45,66% em 2008) superando as classes AB estas com 44,12% do total de poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 9,65% do poder de compra caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do plano Real.

Mas como foram os detalhes da dinâmica do bolso do brasileiro no período pós-crise internacional? Dados das famílias sobre os ganhos de renda do trabalho familiares para as seis principais regiões metropolitanas do Brasil mostram que em janeiro de 2009, a crise atingiu os bolsos brasileiros de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês. No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento pré-crise.

Se formos além do último valor disponível da PNAD e mesmo do PIB, o Brasil está, agora, superando seu período de ouro anterior: nos 12 meses terminando

em julho de 2010, a pobreza caiu 11,3%; a nova classe média cresceu 3,4%; e a classe AB, 13%. Isto porque a renda está crescendo 25% a mais e a desigualdade 50% a mais que no período de redução de desigualdade compreendido entre 2003 e 2008.

Agora quão sustentável é o recente padrão de crescimento inclusivo tupiniquim? Primeiro, o crescimento robusto do emprego formal, duplicado desde 2004, é o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira. Apesar da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo, o Caged mostra que o Brasil gerou 1,95 milhão de postos de trabalho formais superando qualquer ano completo da série, nos sete primeiros meses de 2010. Dados os custos de contratação e demissão de trabalhadores anormalmente elevados na legislação do Brasil, as expectativas empresariais são positivas.

Da mesma forma, as evoluções do nível de desigualdade e de anos de escolaridade indicam uma melhoria continuada no futuro. Aumentos nos anos de escolaridade no período 2003-09 são responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país, correspondendo no extremo oposto da distribuição de renda a 24% do aumento de 3,66% dos 20% mais ricos.

Àqueles que preveem o final do ciclo de crescimento com redução de desigualdade dos últimos anos, vale lembrar a continuidade desse movimento no Brasil durante a crise e que os 12 últimos meses apresentam aceleração dessa tendência mesmo em relação ao período de ouro, embora ganhando impulso devido à proximidade das eleições.

O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo um sistema de ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios.

Mas, para as perspectivas de crescimento inclusivo futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. Há continuidade da melhora da quantidade educacional com metas futuras de qualidade com a novidade de que a educação passa a figurar no pódio de prioridades do brasileiro segundo Ibope e o Datafolha, deixando margem a algum otimismo condicional. O Brasil pode avançar econômica e socialmente e escolher os caminhos certos em direção à sua fronteira de possibilidades.

Marcelo Côrtes Neri, economistachefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE/FGV. Autor dos livros “Ensaio Sociais”, e “Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grammen brasileiro”.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

